

INTERPELAÇÃO SOBRE INSTRUÇÃO PÚBLICA

Sessão de 15-5-1879

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, a Câmara deve sentir-se fatigada pelo imenso esforço que acaba de fazer para aliviar-se do orçamento, e eu seguramente recorrerá à sua indulgência para pedir-lhe que adiasse esta interpelação para outro dia, se ela não me parecesse malfadada.

Receio que seja a sorte tanto minha como do Sr. Ministro do Império sermos vítimas dos encerramentos precipitados, e por isso não desisto da interpelação, para dar a S. Ex.^a uma ocasião de falar, porque no governo representativo é preciso que os ministros falem; deve mesmo entrar no temperamento do ministro de Estado de um governo parlamentar a necessidade de falar. Membro da oposição, sinto que neste momento protejo S. Ex.^a contra a surpresa de certos encerramentos...

O orçamento do Ministério do Império passou nesta Casa sem que o ministro tivesse possibilidade de tomar a palavra. Assim passaram os outros orçamentos, com honrosas exceções; todavia, Senhores, o que os ministros não dizem à Câmara, vão dizê-lo ao Senado; é lá que se vai discutir verdadeiramente o orçamento do Império, que hoje passou em 3.^a discussão entre o profundo silêncio do Gabinete, unicamente carregado pelo digno relator da Comissão de Orçamento [o Sr. Buarque]...

O Sr. Costa Azevedo – Que é quase ministro sem pasta.

O Sr. Buarque de Macedo – Muito obrigado.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Devo protestar em nome do sistema parlamentar contra essa inversão do papel político das duas Câmaras e contra o silêncio a que neste recinto os Srs. Ministros se estão voluntariamente condenando.

O Sr. Galdino das Neves – Voluntariamente não, porque o Sr. Ministro do Império foi arrolhado. (Hilaridade.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – A minha interpelação não foi feita com espírito de hostilidade ao nobre ministro – a Câmara conhece os precedentes desta interpelação –, também por outro lado não é ela, como pareceu à brilhante imaginação do nosso amável colega, o distinto chefe da maioria [o Sr. Moreira de Barros], um simples torneio de cortesias. Não é, Senhores, uma troca de amabilidades porque o Sr. Ministro não as tem que dizer-me, e quanto aos pontos da sua reforma, dos quais vou ocupar-me, também não terei ocasião tampouco de lhas dirigir.

Como podia ter eu espírito de hostilidade contra S. Ex.^a, de quem fui colega? Embora a sua nomeação me tivesse surpreendido, como sem dúvida devia ter surpreendido a S. Ex.^a mesmo, sempre a vi com bons olhos, sempre desejei, como ainda hoje desejo, que S. Ex.^a na pasta do Império pudesse representar as aspirações e as esperanças dessa mocidade, à qual nós ambos pertencemos, malgrado os ciúmes do nosso amável colega, o distinto chefe da maioria.

Senhores, a minha interpelação é feita com tanto mais pesar, quanto, pugnando nesta casa pela integridade do direito de interpelação ameaçado, eu mesmo disse que sentia que o honrado Sr. Ministro do Império fosse o único escolhido pela oposição para responder às interpelações aqui feitas.

Quando, porém, eu lamentava que S. Ex.^a tivesse esse tão desagradável privilégio, não sabia que ia ser promulgado o decreto de 19 de abril.

É preciso deixar de lado inteiramente tudo que possa haver de contestação pessoal em debates desta ordem; os ministros passam, as leis ficam: não sou adversário dos homens, mas das idéias; todavia, se eu quisesse ainda dizer uma palavra sobre o nobre ministro, diria que, apesar de combater muitos dos seus atos, folgo de prestar homenagem à ousada iniciativa que, apoiado na opinião esclarecida e adiantada do País, S. Ex.^a tomou no sentido de emancipar a consciência e de protegê-la das pretensões ilimitadas da Igreja Católica em matéria de ensino.

Mas, Senhores, como entrar na discussão da interpelação no dia de hoje, depois dos vossos trabalhos, sem primeiro felicitar ao Governo pelo orçamento que acabais de votar? Com as nossas rendas diminuindo, com a triste situação do Norte, com os impostos que vamos lançar a esmo sobre o País, com os sinais precursores de uma crise financeira sem solução, é extraordinário que ainda mandemos para o Senado um orçamento com as proporções do que votastes!

Esse orçamento foi comparado pelo Sr. José Bonifácio a um templo levantado ao desconhecido, *ignoto Deo*; pode-se acrescentar, um templo levantado sobre os ombros de nós todos e do qual cada contribuinte é, por assim dizer, uma cariátide; mas não será ele uma obra feita como a catedral de Sevilha, cujo capítulo dizia, ao conceber-lhe o plano grandioso: “Façamos um monumento tal, que a posteridade pense que todos estávamos doidos!” Não tenho dúvida, Senhores, que a posteridade, comparando o ano de 1879 aos que nos aguardam ainda, há de pensar que a nossa idéia, ao votardes este orçamento, foi também fazer crer, pelas grandes proporções e pelo vasto plano da obra, que todos estávamos doidos.

E, o que mais me admira, Senhores, na votação do orçamento, é que ela tenha começado e acabado, sendo presidente do Conselho o nobre ministro da Agricultura. Ainda que haja em um governo de gabinete bastante latitude para homens, de opiniões diversas a muitos respeitos, poderem entender-se e transigir, o governo de gabinete só é um governo de transição antes da resolução tomada; os ministros podem divergir até que fale o Ministério; desde então o compromisso torna-se solidariedade, isto é, responsabilidade coletiva, aparece

o gabinete. Se é assim, como posso deixar de admirar que o honrado presidente do Conselho sirva no mesmo Ministério com dois ministros da Fazenda como os Srs. Silveira Martins e Afonso Celso?

Um queria a conversão dos bens dos conventos, outro qualifica essa conversão de expoliação de direitos adquiridos, de roubo da propriedade; um queria sujeitar ao imposto de renda os títulos de dívida pública, outro, numa linguagem expressiva, qualificou essa teoria de – teoria do calote, de bancarrota do Estado; um arvorou em política do Gabinete o seu afastamento da imprensa, combateu as publicações oficiais, não queria que o contribuinte, que não tem partido, pagasse impostos para a imprensa, para uma literatura política especial, na qual, sob o pretexto de sustentar as idéias do Governo, fossem atrassalhados, diariamente, não só os adversários, como os amigos divergentes; o outro vem pedir ao Parlamento 50:000\$ para publicações oficiais...

O Sr. Afonso Celso (ministro da Fazenda) – Não para atassalhar adversários ou amigos...

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não digo que seja...

O Sr. Afonso Celso (ministro da Fazenda) – ... mas para justificar os atos do Governo; quero legalizar o que sempre se fez. (*Apoiados.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre ministro da Fazenda não pode empreender rever tudo o que se publicar no interesse do Governo, mas os abusos hão de sanar-se desde que for aceito o princípio.

Assim como na Inglaterra os católicos e os dissidentes não querem pagar taxas para as escolas protestantes, os adversários do atual Gabinete não hão de querer contribuir para despesas destinadas a perpetuá-lo, para publicações partidárias.

Pois bem, em tudo isto o que me admira não é que o nobre ministro da Fazenda tenha opiniões suas muito pronunciadas, e um homem político da ordem de S. Ex.^a não podia entrar para o Ministério com a condição de abandoná-las; devo mesmo crer que é por S. Ex.^a tê-las mantido que se explica a passagem de tantos que estavam em oposição para as fileiras da maioria desde que S. Ex.^a entrou para o Ministério. Não o crimino por ter opiniões de tão antiga data, nem por S. Ex.^a querer governar com elas: o que me parece digno de toda a admiração é que o nobre Presidente do Conselho sirva com dois ministros de opiniões tão diversas.

O Sr. Afonso Celso (ministro da Fazenda) – É preciso mostrar que estou em antagonismo com o meu ilustre antecessor na política do Governo; a política do Governo não são as opiniões individuais que o ministro tem em sua pasta.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas a divergência dá-se em pontos muito importantes, como a conversão dos bens dos conventos, como a taxa

sobre a renda proveniente de apólices, como o sistema das publicações oficiais, todas questões de gabinete.

Um Sr. Deputado – São questões administrativas.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não sei à vista disso se o decreto expedido pelo nobre ministro do Império constitui um ato de solidariedade ministerial, ou se somente é ele obra de S. Ex.^a, sem que os outros ministros sejam responsáveis. O nobre ministro do Império discorda profundamente nas suas reformas do que o nobre presidente do Conselho disse no Senado em 1869, não quanto ao ensino religioso.

O nobre presidente do Conselho em 1869, em discurso proferido no Senado, julgava o maior defeito da instrução secundária oficial não ser o ensino do colégio de Pedro II verdadeiramente religioso. O nobre ministro do Império, dando azo aos sentimentos liberais de que foi na oposição adiantado partidário, dispensou do juramento católico os sectários de outras religiões, mas, por outro lado, assentindo às opiniões do nobre presidente do Conselho, tornou o colégio de Pedro II um verdadeiro seminário.

Senhores, ufano-me de ter saído do colégio de Pedro II, que vejo nesta Câmara melhor representado do que por mim, por mestres e colegas. (*Não-apoiados*.) Mas no meu tempo estudava-se, o que quer o nobre ministro, o catecismo, não sei se desta diocese, como S. Ex.^a exige, uma só vez, no 1.º ano. Ainda que o aluno fosse obrigado a cumprir todos os deveres de católico, e de haver um capelão no colégio, se fazíamos as nossas orações de manhã e pela noite, nada tínhamos de semelhante ao curso de teologia, que o nobre ministro introduziu no colégio. Os alunos atualmente são obrigados a ouvir duas vezes por semana, divididos em duas turmas, uma composta do 1.º, 2.º, 3.º e 4.º ano e outra do 5.º, 6.º e 7.º (essa divisão importa em repetição da matéria), preleções sobre as verdades da fé e a história da Igreja. Esses sermões não existiam no meu tempo: o nobre ministro quis dar satisfação ao honrado presidente do Conselho que entendia não ser suficiente a instrução religiosa do colégio.

Senhores, eu respeito muito o honrado presidente do Conselho; mas estamos em posições tão afastadas, achamo-nos, por assim dizer, nos dois pólos do espírito humano, divergimos tão radicalmente sobre o que deva ser a política liberal, que, forçosamente, dirijo-me sempre a S. Ex.^a

Na interpelação feita este ano pelo nobre deputado por Sergipe, o Sr. Monte, então membro da oposição, o nobre presidente do Conselho respondendo (já não é o discurso do Senado de 1869) disse que era inimigo das universidades. Mas, Senhores, as universidades estão na Constituição, e o honrado presidente do Conselho não pode dizer que é inimigo da Constituição!

E por que o nobre Presidente do Conselho é inimigo das universidades? S. Ex.^a o disse, é porque prefere a educação agrícola, deseja que todos os brasileiros sejam agricultores. No Senado, em 1869, S. Ex.^a tinha dito: “Nada direi sobre a instrução superior, o Senado sabe que sou lavrador de canas, e os meus estudos tomaram outra direção”. Esses estudos realmente tomaram uma

direção exclusivamente agrícola, porque em 1879 S. Ex.^a pronuncia-se sobre as universidades, garantidas pela Constituição, desta forma: “Sou inimigo das universidades”. E acrescenta: “Prefiro escolas agrícolas”.

A educação agrícola que o nobre presidente do Conselho aconselha pode ser a melhor, mas com a condição de não ser a única: se há uma aspiração legítima em um país novo, é ver destruída a uniformidade da vida, é ver novas profissões, novas indústrias repartirem entre si as diversas vocações da atividade do homem... Essa divergência entre as profissões é a condição essencial do progresso, e todavia, Senhores, S. Ex.^a quer que todos sejamos agricultores e se fosse possível redigiria uma lei espartana nestes termos: “todos os brasileiros serão agricultores”. O nobre presidente do Conselho tem em vista um fato social da maior importância: S. Ex.^a não quer universidades porque elas só serviriam para criar empregados públicos, ou, como S. Ex.^a disse, bacharéis que andam mendigando empregos; mas aí está o erro de S. Ex.^a: não são as universidades que desenvolvem a empregomania.

Em um país há lugar para tudo: há lugar para a escola agrícola e lugar para a universidade. Não sei se é esse o pensamento do Gabinete; mas em todo caso, e no século atual, nenhum ministro deve proclamar-se inimigo das universidades, nem pode haver liberal que seja inimigo da ciência e que a queira substituir pela agricultura.

O Sr. Carlos Afonso – O Gabinete pode dizer que nesse tempo nondum natus erat.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Estas palavras do nobre presidente do Conselho foram ditas na interpelação do nobre deputado por Sergipe este ano.

Mas, Senhores, este discurso, de 1869, do honrado Sr. Presidente do Conselho, se representasse as aspirações do Partido Liberal com relação à instrução pública, realmente seria desanimador: mas, com a entrada do nobre ministro do Império e sobretudo com as suas primeiras iniciativas, todos supusemos que a instrução pública estava no programa do Governo, que não era só a eleição direta, que também se poderia e deveria fazer alguma coisa por levantar o nível intelectual do País.

Ora, sinto dizer que o decreto do nobre ministro não pode concorrer em muitos dos seus pontos senão para rebaixar os estudos entre nós.

O Sr. Jerônimo Sodré – Não apoiado, não tem razão.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Sinto dizer que o decreto do nobre Ministro, se representa tudo que o Partido Liberal pretende fazer em favor do ensino superior, se é o programa do Ministério, deixa-nos aquém, causando-nos muito maiores decepções, das esperanças que tínhamos alimentado vendo entrar para o Ministério um membro de uma corporação científica, como a Faculdade de São Paulo.

O Professor Frazão está educando meninos para o sistema representativo; está educando-os sobre a base da verdadeira responsabilidade ministerial.

Neste ponto o nobre Ministro do Império tem que aprender com o professor.

Nos anexos ao relatório do Ministério do Império há alguns documentos a que vou aludir de passagem, unicamente porque no decreto começa-se pela liberdade do ensino primário e secundário na Corte.

Como se sabe, o diretor da Instrução na Corte é o Sr. Conselheiro, ex-Ministro do Império, Senador por Pernambuco, S. Ex.^a a quem respeito, a quem não posso deixar de respeitar, sobretudo, achando-me nesta tribuna, por ser um membro da outra câmara, S. Ex.^a não me parece representar as idéias as mais adiantadas em matéria de instrução. S. Ex.^a quis alguma coisa, quis durante a chefia da Instrução que os compêndios fossem organizados de um modo uniforme pelas pessoas mais hábeis para serem distribuídos por todos os colégios particulares, e o modelo de escola que S. Ex.^a anima, modelo que lhe parece talvez destinado a regenerar este país, é o mesmo modelo que vem no relatório do nobre ministro do Império como um programa. É uma escola do Professor Frazão.

Os alunos do Professor Frazão adquirem nas escolas as seguintes noções, além de muitas outras (*lê*):

“1.^a Responsabilidade *efetiva* de todos os seus atos. Esta noção pode-se dizer que falta completamente no País.

2.^a Respeito às autoridades constituídas, distinguindo a deferência, que lhes é devida, do sentimento baixo da adulação.

3.^a Distinção clara entre o cidadão zeloso que defende os seus direitos, e o insolente que ofende as autoridades, impedindo-as até de fazer justiça.

4.^a Urbanidade para com os inferiores.

5.^a Distinção clara entre a lei e o capricho pela obediência só às ordens legais de superior legítimo.

6.^a Respeito às censuras da opinião pública.

7.^a A economia e o valor do trabalho.

8.^a Código penal e criminal.

9.^a O código do processo.

10.^a A caridade.

11.^a Grande número de pequenas noções da vida prática, como sejam: *emissão do papel-moeda*, com as devidas cautelas, apólices, leilões, bancos etc.”

Como se vê, é uma educação realmente cívica e, sobretudo, adaptada às circunstâncias especiais do País...

Isto é o que se aprende, mas o modo por que se aprende, porque há esta palavra de Remusat – “há muitos modos de aprender, mas há um só de saber” –, é o mais original, que merecia ser recomendado ao Governo e ao Parlamento (*lê*):

“Para pôr em jogo todos esses elementos de educação cívica tem o Professor Frazão empregado os seguintes meios:

1.º Submete a escola a uma administração responsável, formada pelos próprios alunos, dividida em três ramos: *Instrução, Disciplina e Fazenda*.

Os três chefes constituem um ministério solidário presidido por um dos três e sujeito às censuras do corpo escolar, onde se forma uma verdadeira opinião pública, pelo menos mais verdadeira do que a que existe no Brasil.

2.º Os alunos que durante uma semana alcançam um certo número de notas boas, e que não incorrem em certas faltas, constituem o parlamento perante o qual comparece a administração para dar conta dos seus atos.

O parlamento escolar não tem poder deliberativo, tem só voto consultivo e o direito de discutir e censurar os atos do ministério”.

Como a Câmara vê, essa escola é destinada a educar cidadãos para o nosso sistema de governo.

Eu compreendo que se escreva isto, mas não compreendo que o honrado inspetor apresente este programa ao Sr. Ministro do Império, senão como um epigrama, nem que por sua vez o nobre ministro o transmita ao Parlamento senão como uma sátira. (*Apoiados.*)

(*O Sr. Leôncio de Carvalho, Ministro do Império, dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas, em todo o caso esse programa justifica bem a reforma da instrução na Corte, não me ocuparei todavia com ela; peço à Câmara perdão do que houver de deficiente no meu discurso, mas acho-me muito fatigado: talvez não custasse a todos o mesmo trabalho de atenção o voto de um orçamento tão complicado.

Não vou ocupar-me da instrução primária; vou mesmo restringir o que tinha a dizer; não quero deixar que o nobre ministro fale em hora desagradável.

O Sr. Franklin Dória – Pois é o ponto interessante da reforma.

O Sr. Martim Francisco – É instrução mais necessária.

O Sr. Franklin Dória – Sem dúvida; é o ponto culminante da reforma.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Bem; mas, quando não quero ocupar-me da reforma nessa parte, os nobres deputados deverão supor que estou de acordo com o nobre ministro a este respeito; não sinto necessidade de ocupar-me daquilo em que estou de acordo com o nobre ministro. Vou limitar a minha argumentação.

O Sr. Leôncio de Carvalho (ministro do Império) – Só fala do que acha ruim?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não do que acho ruim, do que acho perigoso.

Senhores, os pontos em que me acho sobretudo divergente do honrado ministro do Império, e agora quero dar à minha interpelação toda a sua força, resumindo-a; os pontos em que me acho discorde do decreto do nobre ministro do Império são aqueles mesmos pontos em que este decreto é uma cópia do projeto apresentado nesta Casa pelo ex-Deputado Cunha Leitão; são aqueles pontos em que o projeto consagra a inteira liberdade do ensino superior.

O Sr. Franklin Dória – As idéias não são propriedade de ninguém.

(O Sr. Leôncio de Carvalho, ministro do Império, dá um aparte.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Mas não estou acusando o nobre ministro de plágio, nem foi esta a minha idéia. O nobre Deputado foi quem levantou a acusação vendo essa intenção em minhas palavras. O que digo é que esse mesmo projeto foi aqui apresentado por um deputado conservador...

O Sr. Leôncio de Carvalho (ministro do Império) – Muito folgo de estar de acordo nesta parte com um deputado conservador.

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... nos mesmos termos, com a mesma divisão de artigos, parágrafos, com as mesmas concessões e franquezas, que o nobre ministro.

Mas isto só tem importância histórica. Eu bem sei que não há grande diferença entre liberais e conservadores. *(Apoiados e não-apoiados.)*

O Sr. Sérgio de Castro – Há diferença enorme.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Há diferença enorme entre certos liberais e certos conservadores; mas não se pode bem apanhá-la, porque no Partido Conservador, como no Partido Liberal, há homens que não têm a marca das suas idéias *(apoiados)*, o que faz que haja conservadores entre os liberais, e liberais entre os conservadores.

Quando Wundt mostra que não há diferença entre o instinto do animal e a razão do homem; quando a embriologia demonstra que o homem passa por todas as transformações, que é um invertebrado provido de um intestino, depois um vertebrado sem crânio, depois um peixe *(riso)*...

(O Sr. Sérgio de Castro dá um aparte.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – ... até ser um homem; quando Aristóteles define o homem sem exceção de partidos um animal político, como

pensa o nobre deputado que há esse salto entre um conservador e um liberal, que eles não se tocam em muitos pontos da sua evolução? (*Riso; há muitos apartes...*)

Mas peço aos meus honrados colegas que se abstenham de interromper-me.

Sempre que falo na Câmara vejo que tudo o que mais eu queria dizer fica substituído pelos apartes dos nobres deputados e pela direção que eles dão ao meu discurso.

Só os oradores que têm certeza da sua palavra são os que podem dirigir-se, sem perder-se, entre tanta confusão.

Vozes – É modéstia de V. Ex.^a

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre ministro autorizou a criação de faculdades livres, deixando-as dependentes do Parlamento, ou, por outra, emprazando-as unicamente para serem discutidas nesta Casa, depois de sete anos de fundação...

(*O Sr. Leôncio de Carvalho, ministro do Império, dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – O decreto está dependente da aprovação do Parlamento; mas também quanto à fundação das faculdades livres?

O Sr. Franklin Dória – Certamente.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Então, Senhores, o decreto não tem alcance prático; se não se pode realizar em nenhuma das suas partes essenciais independentemente do voto do Parlamento, não é decreto, não é um ato completo do Poder Executivo, e desde que a matéria estava afeta ao Parlamento era melhor que S. Ex.^a, que não quis tocar na *ex-informata conscientia* por estar afeta ao Senado, não quisesse tocar no ensino superior por estar afeto à Câmara.

O preâmbulo declara que certas matérias serão presentes à Câmara...

O Sr. Franklin Dória – Todas as que dependem de autorização do Poder Legislativo.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Por consequência pode-se entender que o ensino obrigatório...

(*O Sr. Leôncio de Carvalho, ministro do Império, dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se o nobre ministro fez um ato completo, há de me permitir que o censure, mas se o meu decreto em todas as suas partes tem que ser sujeito ao Parlamento, então reservo-me para essa ocasião. (*Trocam-se apartes.*)

Como quer que seja, desde que S. Ex.^a, para criar as faculdades livres, não tinha competência, era muito melhor que se tivesse absterido desse ato que por si só é nulo; desde que o ato é nulo, não tem a menor força, para que essa antecipação desnecessária, em que se pode ver apenas uma insinuação, do voto do Parlamento? Era muito melhor esperar pela lei.

O Sr. Franklin Dória – Não apoiado; está no seu direito, apresentando bases.

⑨ **SR. JOAQUIM NABUCO** – Então o decreto contém apenas bases? É somente um projeto? O decreto autoriza a criação de faculdades livres sem as restrições que vou pedir ao Sr. Ministro, e o decreto não cumpre as promessas solenes do nobre ministro no seu relatório, promessas que temos o direito de exigir de S. Ex.^a e de cujo cumprimento unicamente se pode esperar alguma coisa em benefício do ensino superior.

Não tenho contra a criação das faculdades livres senão esta objeção: e creio que as faculdades livres acham-se sujeitas ao mesmo dilema que fiz quanto à colonização chinesa. Eu disse ao nobre presidente do Conselho: A vossa colonização asiática será ou um tremendo *fiasco* ou um grande perigo. Pois bem, eu repito ao nobre ministro do Império: as vossas faculdades livres serão ou um tremendo *fiasco* ou um grande perigo. (*Apoiados e não-apoiados.*)

O Sr. Leônicio de Carvalho (ministro do Império) – Não há de ser nem uma nem outra coisa, porque o não têm sido nos países cultos onde elas têm sido criadas.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não tenho dúvida em admitir que se faça o ensaio das faculdades livres.

O Sr. Jerônimo Sodré – Mas não é o Governo quem faz as faculdades livres.

O Sr. Franklin Dória – O Governo vai apenas afirmar a liberdade debaixo de um novo aspecto.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, eu não duvido consentir no ensaio das faculdades livres; mas com uma condição: que essas faculdades em caso nenhum tenham o direito de conferir graus. (*Apoiados.*) O decreto do nobre ministro agita uma questão que neste momento está incandescente em França. As faculdades livres se fossem ensaiadas no Brasil não melhorariam o ensino superior, fã-lo-iam cair ao nível a que chegou o ensino secundário.

O Sr. Batista Pereira – Ao lado do ensino oficial, o ensino livre.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Estou de acordo com V. Ex.^a, mas não estou de acordo com o nobre ministro. As faculdades livres se fossem ensaiadas

no Brasil ou seriam uma especulação industrial que não daria resultados, que não teriam animação, ou seriam a propaganda do fanatismo, a criação dos bispos. (*Apoiados e não-apoiados.*)

O Sr. Franklin Dória – Não confunda o clero brasileiro com o clero francês ou belga.

O Sr. Felício dos Santos – Está advogando uma idéia que não é liberal.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Quanto a saber o que é idéia liberal, V. Ex.^a dirija-se ao sentimento liberal de todos os países, ao Partido Liberal de todas as nações, que repelem semelhantes faculdades católicas, em nome do espírito humano e em nome da ciência.

Sabe-o a França.

Alguns Srs. Deputados – Isso não é liberdade.

(*Trocam-se muitos apartes; o Sr. Presidente pede atenção.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, as faculdades livres católicas são em toda parte do mundo o terror dos liberais; não o seu espectro de Banquo, como disse o nobre deputado por Minas, porque o remorso devia ser da igreja; elas constituem um perigo real porque introduzem a desunião das inteligências, porque visam ao cisma na ciência, porque quebram a unidade moral do país; porque mantêm o divórcio entre a parte progressiva da parte estacionária da sociedade. Este é o resultado das faculdades católicas, é por isso que os liberais as temem. (*Apartes, protestos e reclamações.*)

Eu desejava concordar com os nobres deputados em que se deveria deixar a liberdade a todas as seitas; mas enquanto a Igreja Católica estiver diante das outras seitas, em uma posição privilegiada; enquanto ela tiver em seu auxílio todos os favores do Estado; enquanto existir o regime da concordata e do monopólio, os nobres deputados hão de permitir-me que eu não queira que, fortalecida por todos esses auxílios prestados pelo Estado, com todos esses recursos prestados pelos contribuintes, que se não têm partido, como eu disse, não têm religião, a Igreja Católica vá fazer ao próprio Estado de cuja proteção ela se prevalece uma concorrência poderosa no terreno verdadeiramente leigo e nacional de ensino superior. Se os nobres deputados querem conceder maiores franquezas, novos forais à Igreja Católica, então separem-na do Estado; se querem a concorrência, tirem-lhe a proteção; mas enquanto a Igreja Católica não tiver concorrentes, enquanto for a Igreja do Estado, não vão criar um ensino privilegiado, um monopólio desta ordem em seu favor. (*Apartes, protestos e reclamações.*)

As faculdades livres entre nós não podem dar nenhum resultado quanto ao progresso da ciência e tanto o nobre ministro do Império desconfiou delas, que não exigiu nenhuma dessas garantias que se exigem em toda a parte,

as garantias, por exemplo: de que quem quiser fundar uma escola de medicina, tenha hospitais, laboratórios e anfiteatros. S. Ex.^a não exigiu nada disto. Se o bispo do Pará quiser, pode amanhã fundar uma escola de medicina dentro do seu seminário.

O Sr. Felício dos Santos – E se o quiser fazer que o faça.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Se o nobre deputado admite que o bispo do Pará deve ter o direito de fundar uma escola de medicina no seu seminário, sem laboratórios, sem hospitais, sem anfiteatro, sem cursos regulares, há de dar-me licença para acompanhá-lo no seu liberalismo e pedir-lhe que de uma vez para sempre acabe com os graus.

O grau é um atestado de competência que o Estado dá; eu não quero que se dê à Igreja o monopólio dos graus. (*Apartes, protestos e reclamações.*)

É a Igreja Católica que em toda a parte pede a liberdade de ensino superior. Essa liberdade não foi pedida em França pelos liberais; mas pela Igreja. “A liberdade como na Bélgica” é o grito antigo da Igreja. (*Há diversos apartes.*)

Mas por que é que a Igreja Católica quer a liberdade do ensino superior? É por que reconheça que o ensino deva ser livre? Não. Aí está o *Syllabus* que fulmina de excomunhão quem o sustentar; aí está a carta de felicitação que o papa mandou ao bispo de Orleans, que se pusera à frente da lei, condenando-a em princípio, mas aceitando-a por ser em benefício de Roma, e abençoando-o por ter tirado o antídoto do próprio veneno!

Será por que a Igreja Católica reconheça que a ciência deve ser livre? Não, Senhores, quem o acredita? Ela quer a partilha do monopólio para quando se achar senhora exclusiva do ensino a que pode dar-se, porque a concorrência talvez desanime e desapareça, para quando estiver só em campo, fechar a porta da liberdade e a ciência. (*Não-apoiados e apoiados.*)

O Sr. Franklin Dória – Está falando como se estivesse no parlamento francês. (Há outros muitos apartes.)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Eu não queria discutir esta questão como estou obrigado a discuti-la. A Igreja Católica foi grande no passado quando era o cristianismo; quando nascia no meio de uma sociedade corrompida, quando tinha como esperança a conversão dos bárbaros, que se agitavam às portas do império, minado pelo egoísmo, corrompido pelo cesarismo, moralmente desagrégado pela escravidão.

A Igreja Católica, Senhores, foi grande quando tinha que esconder-se nas catacumbas, quando era perseguida, mas desde que Constantino dividiu com ela o império do mundo, desde que de perseguida ela passou a sentar-se no trono e vestir a púrpura dos Césares, desde que, ao contrário das palavras do seu divino fundador que disse: – O meu reino não é deste mundo –, ela não teve outra religião senão a política, outra ambição senão o Governo, a Igreja tem sido

a mais constante perseguidora do espírito de liberdade, a dominadora das consciências, até que se tornou inimiga irreconciliável da expansão científica e da liberdade intelectual no nosso século (*apoiados, não-apoiados e apartes*); desde que ela assumiu o papel de perseguidora...

O Sr. Jerônimo Sodré – Faz grave injustiça aos seus conhecimentos de história.

O Sr. Felício dos Santos – Onde está a perseguição?

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado não chamará perseguição religiosa às fogueiras da Inquisição?...

O Sr. Jerônimo Sodré – E as decapitações da Igreja Protestante na Inglaterra?

O SR. JOAQUIM NABUCO – A Igreja Protestante foi também fanática, tem crimes à sua conta...

(Cruzam-se muitos apartes.)

Ao nascer tornou-se iconoclasta. Como a Igreja Católica havia destruído as obras-primas da civilização grega, o Parlamento de Cromwell também perseguiu as artes, os quadros de Carlos I tiveram que emigrar para o Escorial, mas sabe o nobre deputado por que foi esta perseguição? Foi porque a Igreja Protestante tinha o vício da sua origem; saía pela força das almas, pelo cadafalso, pela guerra, pelas fogueiras, do seio da perseguição católica; mas é preciso fazer-lhe esta justiça: desde que os direitos da consciência, desde que os seus títulos foram reconhecidos, nós a vimos pôr todas as forças das novas raças, em cujo seio ela criou raízes, ao serviço dos princípios liberais, nós a vimos penetrar-se do espírito de soberania e liberdade, criar em todas as partes do mundo povos livres; ao passo que a Igreja Católica está cada vez mais adstrita ao espírito de intolerância, desenvolvido pelo *Syllabus*, pelo concílio e pela infalibilidade.

(Cruzam-se muitos apartes; o Sr. Presidente reclama atenção.)

Senhores, eu não queria dar à minha argumentação o calor a que fui obrigado, porque, falando por esta forma, os nobres deputados hão de pensar que sou inimigo do catolicismo.

O Sr. Felício dos Santos – Não; é amigo!...

O Sr. Jerônimo Sodré – Desses amigos, *vade retro*.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado pelo Pará, que sinto não estar presente, declarou no outro dia haver queimado as pestanas para

chegar a este resultado – que ninguém é mais clerical quanto à Santa Sé, e menos clerical quanto à cúria romana do que V. Ex.^a

Senhores, esta distinção pode-se achar nos livros, mas com certeza não corresponde aos fatos do nosso tempo.

Não sou inimigo da Igreja Católica, notem os nobres deputados. Basta ter ela favorecido a expansão das artes, ter sido o fator que foi na história, ser a igreja da grande maioria dos brasileiros e da nossa raça, para não me constituir eu seu adversário. Quando o catolicismo se refugia na alma de cada um, eu o respeito; é uma religião da consciência, é um grande sentimento da humanidade.^b Mas do que sou inimigo é desse catolicismo político, esse catolicismo que se alia a todos os governos absolutos, é esse catolicismo que em toda a parte dá combate à civilização e quer fazê-la retroceder (*Apoiados.*) (*Cruzam-se diferentes apartes.*)

Com o que não posso conformar-me, Senhores, é com essa hipocrisia que pede um privilégio em nome da liberdade, quando todos sabemos que se eles pudessem estrangulavam a própria liberdade. Quem duvida disso? Quem não sabe que a Igreja Católica, que por um dos seus papas pedia a secularização da escola na Irlanda, onde tem o poder, só admite o ensino clerical? Não está isso no *Syllabus*? Não está na consciência de todos, não se repete sempre que a política ultramontana consiste em pedir a liberdade quando é a minoria, em negá-la quando é a maioria? O que está em questão não é a liberdade do ensino, Senhores, é o monopólio da ciência; o que se quer é uma concorrência que possa resultar em privilégio; quando a Igreja invoca o princípio de liberdade e joga com os sentimentos liberais, é porque trama contra eles, é porque, à sombra da liberdade, quer penetrar na praça: é assim que ela dá combate à democracia, tomando a sua bandeira; é a mesma estratégia dos persas, quando puseram na frente do seu exército os animais sagrados dos egípcios, sabendo que eles não ousariam combater contra os seus deuses! (*Continuam os apartes.*)

Senhores, eu devo dizer aos nobres deputados que não tenho grande medo do ensino clerical católico em outros países; mas tenho medo deste ensino em um país como o nosso, em que a maioria ou a totalidade da população é católica..

O Sr. Felício dos Santos – Todos nós aqui somos discípulos de padres, e o nobre deputado tem medo do ensino católico!

O SR. JOAQUIM NABUCO – Não tenho em outros países, como, por exemplo, na Alemanha, onde os cursos católicos estão cercados de uma extraordinária atividade intelectual; onde a ciência ortodoxa está por toda a parte cercada, bloqueada, limitada pelo espírito científico. Mas tenho medo do ensino clerical nos países em que o catolicismo está de posse de todas as consciências, de todos os espíritos, porque é exatamente aí que ele oporá, com seu monopólio...

O Sr. Martin Francisco – Se há faculdades livres, como estabelecem monopólio? (*Há outros apartes.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO (*ao Sr. Felício dos Santos*) – Tem razão o nobre deputado; ninguém receia de que desses seminários, dessas faculdades teológicas, ou de direito, ou de medicina, que a Igreja possa fundar, surja uma ciência católica. O nobre deputado, que procura conciliar as tendências ultramontanas com as exigências científicas do seu espírito, sabe que não pode haver senão uma ciência; que a Igreja não pode deixar de respirar o ar livre do nosso século, que não é possível que se diga outra vez, como os papas diziam, que é o sol que se move em torno da terra... que não é mais possível impedir o desenvolvimento da ciência... pois bem: com o desenvolvimento científico, todos os dogmas mesmo se transformam.

Quem acredita hoje nos dogmas, dando-lhes o mesmo sentido com que acreditava neles um cristão do século V ou do século XVI? A sensibilidade modifica-se com a inteligência nesses longos intervalos de tempo; as idéias têm outro valor, o sentimento religioso outra forma; como podia eu pensar que está nas mãos da Igreja impedir mais o desenvolvimento definitivo da ciência? A questão é de tempo, mas o resultado é certo.

Mas, Senhores, se a Igreja não pode vencer a ciência, pode fazer-lhe muito mal, pode torná-la por algum tempo a partilha de poucos; pode conservar na ignorância muitas inteligências que o Estado tem obrigação de emancipar. (*Apoiados e apartes.*)

É por isso que, em relação às faculdades livres que o nobre ministro vai criar, eu lhe digo o seguinte: faculdades livres desta ordem, que podem ser constituídas amanhã pelas cinco primeiras pessoas que se reunirem, só tendem a baixar o nível da nossa instrução.

No Brasil não há estudos sérios; não há ciência digna desse nome...

(*O Sr. Zama dá um aparte.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado engana-se; não há ninguém que tome mais a peito, nem que mais deseje reconhecer o desenvolvimento intelectual do nosso país; mas não posso ter a fraqueza de dizer que o que há entre nós, como ensino e como estudo, é a ciência.

O Sr. Rui Barbosa – Apoiado; é preciso dizer a verdade.

O SR. JOAQUIM NABUCO – O nobre deputado pode ter patriotismo, mas não tem mais do que eu.

O Sr. Zama – Temos muitos médicos e muitos homens ilustres, que têm estudado e aprendido, sem saírem do Brasil.

O Sr. Galdino das Neves – E temos 80% de analfabetos. (*Hilaridade.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, é preciso dizer ao nobre ministro do Império: Exigi das vossas faculdades livres garantias sérias, reais, de que elas podem concorrer para o progresso do País.

Assim como não admitis que nas vossas faculdades haja professores sem exhibirem um título científico saído delas, assim também exigei que essas faculdades livres se constituam com certas bases, sem o que não há ensino digno de ser autorizado, sem o que a ciência não poderá senão perder.

Exigi isso e fazei mais: não consintais, e lançai já na lei a mesma disposição que o liberalismo francês pede e exige, que as associações religiosas, a Igreja do Estado, possam fundar faculdades livres; e sobretudo não concedais em caso algum às faculdades livres, de qualquer procedência, o direito de conferir graus, que só pertence ao Estado. (*Apoiados e não-apoiados.*)

Senhores, quando se fala da liberdade de conferir graus, não é uma liberdade, é um monopólio, é um privilégio. Os nobres deputados que não recuam diante de idéia alguma adiantada, por que razão não pedem como nos Estados Unidos que não haja graus? Por que não pedem que todos sejam médicos, que todos possuam o direito *saignandi, purgandi, occidendi*?

Por que não requerem que se revogue a lei que exige, exige bem, que se diz em Molière, ninguém possa morrer sem receita? (*Apartes.*)

Por que é que os nobres deputados não querem que todos tenham a mesma faculdade de advogar, que todos possam ser magistrados? Nos Estados Unidos é assim; só há dois princípios lógicos, convençam-se os nobres deputados, ou inteira liberdade de profissão, ou o grau conferido sob a garantia do Estado.

E também se pode dizer: ou confiais na concorrência, tendes fé na iniciativa individual, e então acabai com as faculdades do Estado, riscai do vosso orçamento a instrução pública, deixai, como nos Estados Unidos, ao patriotismo e ao esclarecimento do País sustentar o ensino; ou então, se estais certo de que no País não é possível ainda realizar em matéria de instrução pública essa iniciativa particular, assim como não era em França, como dizia muito bem o Sr. Guizot, não tendes outra coisa a fazer, se vos interessais pelo desenvolvimento da ciência, pela elevação do nível intelectual do País, senão dar ao nobre ministro do Império a única autorização que S. Ex.^a deve pedir, o principal auxílio de que ele precisa – dinheiro? Porque o nobre ministro se convença, sem dinheiro pode S. Ex.^a fazer as reformas que quiser, mas nunca a instrução dará um passo. (*Muitos apoiados.*)

O Sr. Franklin Dória – Isto é óbvio.

O SR. JOAQUIM NABUCO – É óbvio, mas no orçamento tudo avulta, menos a instrução pública.

O Sr. Franklin Dória – Mas pode ser que o nobre ministro ainda peça um crédito especial. (*Há outros apartes.*)

O SR. JOAQUIM NABUCO – Senhores, estou muito fatigado. O nobre ministro me há de perdoar; mas devo dizer-lhe o que é prático, o que tomo a liberdade de aconselhar-lhe, o que lhe peço, se S. Ex.^a tem a peito, como

eu suponho, o desenvolvimento científico do nosso país; se S. Ex^a está convencido de que a ciência entre nós está, infelizmente, muito atrasada; de que, cientificamente falando, quem menos conhece o Brasil são os brasileiros; de que todos os domínios da natureza, tão prodigamente abertos diante das nossas vistas, só não têm sido explorados por nós mesmos; se o nobre ministro quer fazer alguma coisa pelos interesses morais da nação brasileira; se a sorte infeliz da nossa população o toca; o que lhe aconselho, o que lhe peço, dizia eu, é que trate de levantar o ensino oficial, de apelar para o próprio Estado, de organizar a instrução pública em todos os seus ramos sobre este plano uniforme; progresso do País, liberdade da ciência.

É para a academia, a que S. Ex^a tem a honra de pertencer, que as suas vistas se devem voltar.

Não espere nada por enquanto das faculdades livres, porque, se estas se fundarem por acaso, basta a possibilidade para assustar-nos, hão de ser faculdades católicas, e a ciência nada tem que lucrar com elas. (*Apoiados e não-apoiados.*)

O Sr. Felício dos Santos – Nem com a concorrência?

O SR. JOAQUIM NABUCO – Espero tudo das faculdades do Estado, do ensino que o Estado tomou a si a obrigação de dar.

Sabe o nobre ministro o que é liberal? Sabe o nobre ministro quais devem ser as aspirações do Partido Liberal, quanto ao ensino superior? Elas estão no seu relatório, mas não estão no seu decreto. S. Ex^a não se atreveu a lançar no decreto de 19 de abril o que disse no seu relatório, não teve a coragem de largar de si uma de suas atribuições. Conceda o nobre ministro autonomia às faculdades, tire de si o direito de nomear-lhes diretores, de escolher os lentes, dê às congregações esse direito (*apoiados*), porque o ministro na Corte não está no caso de saber quem mais se habilitou no concurso, quem apresentou melhores provas. (*Apoiados.*)

Isto o nobre ministro consignou, é certo, no seu relatório, mas não fez o sacrifício de lançar no seu decreto, porque o Governo nunca abandona uma parte das prerrogativas de que abusa.

O Sr. Franco de Sá – O patronato podia ser exercido pelas congregações e em maior escala.

O SR. JOAQUIM NABUCO – Diz o nobre deputado que o patronato podia ser exercido pelas congregações e em maior escala.

Tenho visto fazer-se a mesma objeção quando se fala da Magistratura, da Imprensa, do Parlamento, do Ministério; tudo é suspeito; de tudo se descrê, mas sendo assim, para o que se há de apelar? Se o patronato, a ilegalidade, o arbítrio estão em toda a parte, em que se confia? Para que fazemos leis se elas não têm pontos de apoio? Que valem as leis sem os costumes, *legis sine moribus*?

Se o nobre ministro quer fazer uma reforma séria, segundo as nossas forças e as nossas possibilidades atuais, conceda a autonomia às faculdades, emancipe da tutela do Governo o ensino do Estado.

A iniciativa de criar cursos livres nas faculdades, pela qual o felicito, é o que S. Ex^a podia fazer de melhor; mas não cursos limitados a um ano, porque, sendo estes cursos o que devem ser, a concorrência do professor particular com o lente catedrático, poderiam ser impedidos no fim do ano quando se tornassem populares e afastassem os estudantes do outro curso.

Senhores, os costumes acadêmicos dos nossos tempos, algumas velhas tradições das universidades antigas, já não existem, os bedéis desapareceram e com eles os 39 pontos, as cadernetas e as sabatinas estão enterradas no decreto do nobre ministro; a mocidade que assistia às aulas, obrigada a uma frequência diária que nós conhecemos, já pode deixar-se ficar em casa, ninguém é mais forçado a ouvir um lente. Não é isso o que me parece melhor, eu quisera que o estudante pudesse escolher o lente, mas que fosse obrigado a uma frequência razoável. (*Há alguns apartes.*)

Funde o nobre ministro do Império nas faculdades de direito, a uma das quais S. Ex^a pertence, muitas cadeiras que brilham ali pela sua ausência; multiplique os cursos para que se estude a matéria: o ensino do direito entre nós é muito deficiente; não sei como se formam os médicos, mas sei como se formam os bacharéis em ciências jurídicas e sociais: partes do direito mais necessárias às profissões que abraçamos não são estudadas nas academias.

Foi talvez por isso que o nobre ministro dispensou os bacharelados acatólicos de prestarem o exame de direito eclesiástico.

Senhores, não há ninguém que tenha mais necessidade do estudo do direito da igreja, em um país em que infelizmente o direito canônico faz parte do direito civil, do que os que não pertencem à nossa religião; o nosso direito matrimonial é o concílio de Trento. Quem pois precisa mais de conhecer essa lei de exceção do que os que a sofrem? Mas infelizmente na academia estuda-se a infalibilidade do Papa, discute-se o celibato clerical, a origem dos párocos, mas não se aprende a parte viva do direito canônico. Só assim se explica serem dispensados os acatólicos de aprendê-lo. Não se trata da lei do Estado, mas do catecismo. (*Apoiados.*)

Foram as universidades da Alemanha que, na frase do Sr. Renan, ganharam a batalha de Sadowa; Bismarck, de quem até hoje não se sabe ao certo se prestou exames para o grau universitário, o que mostra que sem ser-se formado pode-se fazer muita coisa, tinha também dito: “Foi a conscrição escolar e a conscrição militar que formaram a Prússia.”

Mas essas universidades que fundaram a Alemanha, nas quais têm sido feitas tantas descobertas da ciência, que constituem o principal viveiro de sábios no mundo, universidades livres, mas universidades do Estado, ainda que em larga escala autônomas.

Pois bem, esse é o modelo que o nobre ministro deve ter em vista. Faculdades criadas, por esse molde, para as quais o Estado concorra generosamente, mas que tenham o direito de governar-se a si mesmas, de escolher o

seu pessoal, de dirigir as suas finanças, de organizar os seus programas; faculdades às quais concorra toda a mocidade brasileira, sem distinção de sentimentos religiosos, que sejam uma escola de patriotismo e uma associação para progresso da ciência, autônomas, só tendo um limite na lei: a liberdade mesmo da ciência que elas não poderão restringir em caso algum, eis aí o que me parece um plano de ensino superior digno de um partido que se preocupa tanto dos direitos da liberdade, como do adiantamento do País. (*Apoiados.*)

Nessas faculdades ponha o nobre ministro ao lado do lente catedrático o professor católico, a ciência ortodoxa em frente à ciência livre. Eu quero isto, mas não quero faculdades católicas como as da Bélgica, cujo programa está sujeito ao bispo e que somente servem para a propaganda clerical.

Ponha o nobre ministro, nas faculdades de medicina, ao lado do professor darwinista, que sustenta a teoria da descendência, o professor católico, que sustenta a teoria bíblica; deixe-os discutir, sem medo; deixe-os marcar os limites dos conhecimentos exatos, porque se o professor é o magistrado da verdade demonstrada, como disse o Sr. Paul Bert, a vitória pertencerá ao mais sábio. Se a ciência não aventurar-se em hipóteses, se tornar-se severa, o que não a impede de aplaudir todas as explorações e antecipações ousadas, se defender o vasto domínio que hoje ocupa, nunca mais o ultramontanismo fará no seu terreno invasão que a ameace, e ela poderá, pelo contrário, cada vez mais alargar o horizonte do espírito humano.

Não pense o nobre ministro que a marcha da ciência é arbitrária, nem precipitada. Quantos séculos não foram necessários para que um Copérnico descobrisse que era uma ilusão a crença inabalável da humanidade, de que o sol girava em torno da terra? Quantos séculos não foram necessários para que um Newton reconhecesse a relação dos movimentos dos astros? Quantos séculos não foram necessários para que um Harvey descobrisse a circulação do sangue?

O limite gradual da ciência recua sempre; o seu passo pode-se apressar ou tornar-se mais lento: mas não tenham medo os pais católicos de que a ciência possa corromper os seus filhos, comprometer os interesses de que eles são depositários, a verdade é uma só e acaba sempre por harmonizar a religião com a ciência.

O nobre ministro no seu relatório aludiu a uma reforma que lhe parece essencial, mas cuja atualidade ainda não chegou. Refiro-me, Senhores, à incompatibilidade do professorado com os cargos políticos e administrativos.

Essa incompatibilidade hoje nos privaria de alguns dos nossos mais distintos colegas, ou afastaria das faculdades alguns dos seus melhores lentes: mas a verdade é que o ensino exige que se ache o meio de constituir a independência do magistério, de separá-lo das outras profissões, de criar a vocação científica, de despertar estímulos tanto para ensinar, como para aprender. Mas esse grande resultado que só será obtido quando se houver criado a dedicação, o desinteresse de que a ciência necessita para prosperar, não será obtido senão pela autonomia das academias, pelo *self-government* das faculdades. Faça-o o nobre ministro e terá prestado um serviço muito maior, do

que abrindo uma porta, pela qual pode ser que não entre, mas pode também entrar, a invasão clerical.

Quisera ocupar-me, Senhores, de outros pontos, mas sinto-me fatigado.

Ficarei, entretanto, contente se a Câmara se convencer de que vim advogar os princípios liberais (*apoiados e não-apoiados*), de que vim pedir a liberdade que o ensino superior reclama, a liberdade das academias do Estado, e a concorrência no seio dessas academias de todos os ensinos que queiram lutar e produzir-se; de que só tenho em vista o desenvolvimento científico deste país pelo qual ninguém faz mais vivos votos do que eu.

Não sou dos que pensam que não se deve conceder a liberdade aos adversários. Não são estes os meus princípios; mas não posso deixar de reconhecer que pela ação dos séculos, pelo direito consuetudinário, pela posse em que ela está de todas as consciências, a Igreja Católica nos países de raça latina acha-se colocada em condições de poder estorvar o livre desenvolvimento do Estado moderno.

Não posso deixar de confessar que tremo do espírito clerical. Não posso deixar de confessar que é devido à ação do clericalismo o passo demorado da nossa civilização, ao lado do passo agigantado da civilização anglo-saxônia, e por isso toda a minha política resume-se no seguinte: não conceder à Igreja oficial, sob pretexto de liberdade, novos privilégios; não consentir que, senhora do monopólio, sustentada pelo Estado, ela possa fazer guerra às instituições do Estado, como às academias; não permitir que ela adquira um só privilégio antes de ter renunciado à proteção, antes de se submeter à concorrência com as outras religiões, antes de revogado o art. 5.º.

O Partido Liberal, comprometido diante do País a levantar o nível da instrução e da ciência, se se limitar às faculdades livres que só podem ser faculdades clericais, e não fizer sacrifícios para o desenvolvimento da instrução, ele que vai concorrer para outros planos que entendem com o futuro, como a escravidão asiática; o Partido Liberal, se render-se à Igreja, se faltar assim aos seus mais sagrados compromissos, terá abandonado os últimos e os maiores interesses dos que o País tinha confiado à sua guarda.

Se o Partido Liberal não se convencer de que tem de fazer alguma coisa prática por este país, então, Senhores, em que estado vamos nós deixar a nossa herança àqueles que nos sucederem?

Não é das leis, seguramente, que se deve esperar a salvação deste país. Não creio que a eleição direta que os nobres deputados votaram vá de repente mudar o nosso governo. Mas, há alguma coisa em que eu tenho ainda esperança, apesar de tudo. Tenho esperança no desenvolvimento da opinião pública; tenho esperança no progresso da imprensa. A opinião pública desprende-se cada vez mais dos interesses de partido, neutraliza-se, eleva-se, instrui-se; a imprensa segue o mesmo caminho, torna-se independente e acabará por associar-se, em um período não muito remoto; Senhores, vós todos sabeis que a fisionomia deste país daqui a 10 anos não há de ser a mesma que hoje é (*apoiados*); estou persuadido de que estas duas forças, que são as únicas

que renovam os partidos, as únicas que contêm o Governo e que o dirigem, a opinião pública e a imprensa, lutando pelo desenvolvimento da instrução científica, acabarão no fim de alguns anos por emancipar o País das tutelas oficiais, que o escravizam, porque lhe perturbam todas as relações, criando uma ordem de coisas tal que o Parlamento tenha esperança, quando votar uma lei, de que ela possa realizar algum benefício, por encontrar homens que a executem e um povo que a aceite. Nessa ordem de idéias, Senhores, inspirei-me para dirigir ao nobre ministro a interpelação, que lhe fiz... sinto obrigar S. Ex.^a a falar em hora tão adiantada. Mas a culpa não foi minha. A interpelação foi constantemente preterida e ainda hoje eu teria o direito de queixar-me de ter sido ela dada para a ordem do dia depois da votação do orçamento.